

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 268

Data: 20 de agosto de 1987

Pg.: _____

**Demarcação
das terras
indígenas** 4468

Brasília (AE) — O deputado Farabulini Júnior adiou para a próxima semana a entrega do projeto de decisão fixando o prazo de seis meses para a demarcação total das terras indígenas. O propósito do parlamentar era apresentar a matéria ontem. Porém, por questões particulares, teve de viajar a São Paulo, de onde retornará na terça-feira, dia em que, possivelmente, apresentará o projeto.

Farabulini Júnior disse ontem que se torna um imperativo do momento a mudança da estrutura administrativa e jurídica do setor indígena, a fim de atualizá-la. "Hoje o índio tem total mobilidade e conhecimentos e sabe o que quer. Além disso e, ao lado do excesso de zelo e interesses escusos, que cumpre verificar, vou procurar modificar a legislação civil ordinária, tão logo o Congresso Nacional reabra seus trabalhos, para dar ao índio plena capacidade jurídica, que é o caminho seguro para lhe atribuir direitos e obrigações".

Debate

A exploração mineral em terras indígenas será debatida hoje no Senado Federal, às 10h, quando o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB falará aos constituintes. O debate é promovido pela Fundação Pedroso Horta e seu presidente, senador Severo Gomes, considerou da maior importância levantar a discussão sobre a questão da exploração das terras indígenas por entender que os constituintes estão sendo influenciados por uma campanha promovida por um jornal paulista.

Participarão do debate, o Conselho Indigenista Missionário-CIMI (principal alvo de críticas por parte desse órgão de imprensa); a Coordenação Nacional dos Geólogos-Conage; a Associação Brasileira de Antropologia; a União das Nações Indígenas — UNI, é o reitor da Universidade de Brasília, Cristovan Buarque. Os constituintes foram convidados, através das lideranças dos partidos políticos, com representação no Congresso Constituinte.

Segundo o senador Severo Gomes, existe uma tendência forte na Constituinte de só se permitir a exploração mineral em terras indígenas, por empresas estatais, que tenham obrigação de realizar também uma política indigenista. A entrada de mineradoras privadas nas áreas indígenas, na divisão do senador, pode levar a uma enorme perturbação na vida cultural e física da população indígena.